



POLIONU

Várias ideias, um só mundo

Guia de estudos **CDH**



Poliedro
Colégio

Guia de Estudos CDH

Conselho dos Direitos Humanos

“A violação dos direitos humanos com crianças órfãs ou em situação de rua.”



POLIONU

Várias ideias, um só mundo



Eduardo Claus
Maria Carolina Bugno
Mariana Siaudzionis

Sumário

CARTA AOS DELEGADOS	5
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Organização das Nações Unidas (ONU).....	7
1.2. Conselho dos Direitos Humanos (CDH).....	7
1.3. Proposta do Comitê e Tema.....	7
2. EFEITOS IMEDIATOS EM PAÍSES EM SITUAÇÃO DE CRISE	7
2.1. Fragilização econômica e seus impactos em organizações estatais.....	7
2.2. Crise sanitária	8
2.3. Falta de reconhecimento governamental	9
3. ASPECTOS SOCIAIS.....	9
3.1. Abandono familiar.....	9
3.2. Educação.....	10
3.3. Trabalho infantil.....	10
3.4. Sistema adotivo	11
3.5. Criminalização.....	12
3.6. Sistemas parentais	13
4. ASPECTOS DE APOIO	14
4.1. Entre o público e o privado	14
4.2. Movimentações institucionais	15
5. INFRAESTRUTURA DOS ORFANATOS	15
5.1. Funcionamento de orfanatos	15
5.2. Entre o público e o privado	16
5.3. Superlotação e privacidade.....	16
5.4. Saúde	17
5.5. Dignidade menstrual.....	17
6. PAÍSES	18
6.1. Brasil.....	18
6.2. Argentina	19
6.3. Bolívia.....	19
6.4. Estados Unidos	20
6.5. China	20
6.6. Venezuela	21
6.7. Colômbia.....	21

6.8. República Dominicana	22
6.9. Paraguai	22
6.10. México.....	23
7. ONGS E INSTITUIÇÕES	23
7.1. Childfund	23
7.2. Humans Right Watch.....	24
7.3. Médicos Sem Fronteiras	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

CARTA AOS DELEGADOS

Prezados Delegados,

É com imenso prazer que nós, mesa diretora do Conselho dos Direitos Humanos (CDH), desejamos-lhes boas-vindas à 18ª edição do PoliONU. Convidamos os senhores a estarem conosco durante os dias de evento discutindo uma questão social de extrema importância, mas ainda com pouca visibilidade: a violação dos direitos humanos com crianças órfãs ou em situação de rua. Aquele que optar por participar das sessões do CDH representará a figura diplomática de uma nação, empresa ou organização não governamental. Os debates serão acerca de temas como: saúde dentro dos orfanatos, sistemas parentais falhos, ajudas institucionais à parcela da população em discussão, entre outros.

Com o fim de apresentar a problemática aos senhores, desenvolvemos um guia que os auxiliará no início de seus estudos acerca do tema em pauta. No entanto, gostaríamos de deixar claro que essa ferramenta informacional servirá para os senhores estarem minimamente à parte do que será debatido. Porém, é de suma importância que pesquisas sejam realizadas sobre o posicionamento de suas delegações e sobre a problemática. É essencial que os senhores estejam informados de que, durante os dias do evento, a mesa não aceitará a menção do guia durante o debate.

Ao longo dos dias de debate, os senhores deverão discutir os tópicos presentes na Agenda de Trabalho, com o fim de obterem medidas com a maior parte de aceitação do comitê. Todos os dias terão que resultar em debates expressivos e válidos para que sejam apresentados documentos executados pelos senhores buscando uma resolução. Além disso, os senhores devem agir com cordialidade e respeito com todos os presentes no comitê e no evento.

Por fim, ressalta-se a necessidade da leitura completa deste documento e um estudo prolongado acerca do tema, com a finalidade de obter fontes válidas para uso em debate.

A Mesa do CDH deseja uma ótima experiência e recomenda arduamente que quaisquer dúvidas sejam enviadas para o *e-mail* abaixo.

Atenciosamente,

Eduardo Claus da Cunha

Maria Carolina Bugno

Mariana Siaudzionis Barreto

E-mail da mesa: mesa.cdh2023@gmail.com

“Mais gentil que o necessário”. Que frase maravilhosa, não é? Mais gentil que o necessário. Porque não basta ser gentil. Devemos ser mais gentis do que precisamos. Adoro essa frase, essa ideia, porque ela me lembra que carregamos conosco, como seres humanos, não apenas a capacidade de ser gentil, mas a opção pela gentileza. O que isso significa? Como isso é medido? Não podemos usar uma régua. É como eu estava dizendo antes: a questão não é medir quanto vocês cresceram este ano. Não dá para quantificar com precisão, não é? Como sabemos que fomos gentis? O que é ser gentil, a propósito? (EXTRAORDINÁRIO, 2012).

1. INTRODUÇÃO

1.1. Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. A ONU tinha como função a manutenção da paz dentre os 53 países integrantes, contudo, já nos dias atuais, a ONU conta com 193 Estados-Membros, cujas finalidades vão muito além da preservação da paz, objetivando, por exemplo, o desenvolvimento mundial e a cooperação entre os países pertencentes.

A ONU tem como responsabilidade também supervisionar a execução dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo. Quando existe o rompimento desses direitos, a organização tem o direito e o dever de promover e apresentar modos de solucionar a problemática. Um exemplo de medida a ser proposta são sanções, ou seja, ações punitivas em resposta à violação de uma lei.

Ocorre uma vez por ano a Assembleia Geral das Nações Unidas, normalmente durante o segundo semestre. Esse encontro acontece em Nova York, sede das Nações Unidas. Na data da assembleia, representantes dos 193 países-membros da ONU se unem com o fim de debaterem sobre problemáticas mundiais.

1.2. Conselho dos Direitos Humanos (CDH)

O Conselho dos Direitos Humanos, com a sigla CDH, foi fundado em 2006. Idealizado para substituir a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, tem como sua principal missão a função de reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o planeta. Atualmente, a sede do CDH encontra-se em Genebra, Suíça, onde os Estados – membros se reúnem com a intenção de julgar processos de condutas que violem os direitos básicos exercidos em quaisquer territórios do mundo.

Consolidando assim, a consagração e dignidade do cidadão, juntamente com redução de desigualdades e crescimento exponencial do olhar governamental. Estes entram em vigor em escala global. Os artigos da Declaração dos Direitos Humanos tendem a ser colocados acima de qualquer questão, a fim de toda a população ter bem-estar e boa qualidade de vida.

1.3. Proposta do Comitê e Tema

O tema do CDH, na 18ª edição do PoliONU, é referente à violação dos direitos humanos com crianças órfãs ou em situação de rua. Esse tema provém da problemática existente em nossa sociedade. Dentro desse assunto, está englobada a falta do cumprimento dos direitos humanos, assim incluindo empresas, cidadãos e o Estado, considerando ainda a problemática econômica e política.

2. EFEITOS IMEDIATOS EM PAÍSES EM SITUAÇÃO DE CRISE

2.1. Fragilização econômica e seus impactos em organizações estatais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz em seu Artigo 8º: “Todo ser **humano** tem **direito** a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os **direitos** fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei”. Ou seja, em caso de crise, a criança deve -em todas as circunstâncias- figurar entre os primeiros a receberem proteção e auxílio. Diante disso, é imprescindível que os Estados-Membros sejam responsáveis pela proteção e aplicação desse princípio, independente de crise, guerra ou qualquer outra catástrofe considerada uma calamidade.

Para tais efeitos, a maior parcela dos países criou instituições, as quais, por meio do apoio estatal ou privado, assegurariam para as crianças órfãs os artigos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais instituições são chamadas popularmente no Brasil de orfanatos. Todavia esse nome não é reconhecido pelas sérias organizações, tais quais buscam popularizar o chamado Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).

Entretanto, durante a mais recente e séria crise sanitária mundial pelo SARS-CoV-2, essas instituições saíram gravemente afetadas. Durante a pandemia, os governos tiveram que fragmentar os seus investimentos, lidar com a inflação e com a questão da crise sanitária. Como consequência, muitos pais adotivos não conseguiram dar entrada nos documentos necessários para a realização da adoção, além de, devido à falta de equipamentos tecnológicos advindos da carência de investimentos, a maior parte das crianças terem ficado dois anos sem o contato com a escola, gerando, assim, uma queda nos padrões de educação e saúde.

2.2. Crise sanitária

A pandemia do coronavírus, que ocorreu a partir de 2020 (tendo como data oficial do início dos casos, o último trimestre de 2019) causou grandes impactos sociais e econômicos, que até os dias de hoje percebe-se grandes consequências dessa crise. Cerca de 14,9 milhões de pessoas morreram, no mundo, devido ao vírus da Covid-19. Considerando o estado de anomalia mundial causado pela pandemia, é de extrema importância compreender o impacto desta situação em todas as áreas sociais, incluindo a familiar.

Na questão familiar, além do isolamento e período de *lockdown*, muitas famílias sofreram perdas de pessoas próximas. Uma grande quantidade de crianças ficou órfã, perdendo os pais e avós nesse período. Certos veículos de circulação chamam esse grupo de pessoas de “geração invisível” devido à invisibilidade social dessas crianças e adolescentes durante e após o período de instabilidade. Segundo a revista americana Lancet, o Brasil está em segundo lugar no *ranking* em relação à quantidade de pessoas no recorte populacional da “geração invisível”, ou seja, que perdeu familiares responsáveis, tendo um número próximo a 140 mil crianças (CENDHEC, 2021).

Durante tal período, instituições estatais como orfanatos sofreram igualmente ou até mais. Abrigos que não somente recebem crianças sem parentes, mas que servem como lar temporário para essas crianças, sofreram grandes mudanças e tiveram que passar por reinvenções para que laços familiares fossem mantidos ao mesmo tempo em que, sem a ida à escola, o tempo que passariam nesses locais seria maior. Logo no início da pandemia e do isolamento, o Conselho Nacional de Justiça emitiu orientações para que os serviços de acolhimento priorizassem que crianças que tivessem a garantia de equipes técnicas e da Justiça pudessem deixar os abrigos e voltar a conviver com suas famílias ou serem adotadas. Com isso, reintegrações familiares e adoções em processo adiantado foram agilizadas logo no início da crise sanitária, a fim de promover maior conforto para as crianças.

2.3. Falta de reconhecimento governamental

Considerando a grande desigualdade social presente no globo, em que mais de 70 milhões crianças encontram-se em situação de pobreza, torna-se cada vez mais complicada a resolução do problema. Além disso, é cada vez mais limitada a barreira de entrada governamental. Hoje, ainda que todos os Estados-membros da ONU tenham ratificado a “Convenção dos Direitos das Crianças”, o investimento público na infância segue sendo em média 5% do PIB de cada país. A erradicação da pobreza infantil enquadra-se como um dos grandes desafios presentes.

Ademais, até os dias atuais, infelizmente, a questão da criança em situação de rua acompanha uma visão simplista e de teor racial. Esses ideais e olhares têm sido fator central para a necessidade de sua eliminação, contenção e encerramento, sem olhar para a criança na rua como vítima da estrutura social, mas como um desafio de segurança pública. Sendo assim, nasce a negligência governamental acerca do tema.

Apesar do geral descaso estatal, a situação de cada população varia de acordo com os índices do seu país, caracterizando situações isoladas, mas que se unem pela dificuldade, trazendo espaço para os meios de resolução, como os abrigos e ONGs de atuação internacional. A economia, a posição no globo, a educação, a saúde e a renda média das nações interferem direta e indiretamente em como o menor é visto. Sendo assim, a análise personalizada de cada caso torna-se necessária.

3. ASPECTOS SOCIAIS

3.1. Abandono familiar

A palavra “órfão”, segundo o dicionário Oxford Languages, define-se como aquele “que perdeu o pai e/ou a mãe”. No entanto, a palavra “perder”, no sentido conotativo, não necessariamente remete à morte. Analisando a definição dada pelo dicionário de Oxford, uma criança órfã pode também referir-se às crianças abandonadas por seus pais. Dessa maneira, o entendimento de que a criança órfã não tem contato ou carece de outros parentes responsáveis é explícito. No entanto, não é esse grupo que está em questão dos debates.

O abandono familiar é uma lacuna a qual tem pouca visibilidade no mundo contemporâneo. Há inúmeras pesquisas acerca de sistemas políticos e problemáticas que levam os pais biológicos a abandonarem seus filhos. O artigo de iniciação científica de alunos da Universidade Federal do Pampa, “O ABANDONO INFANTIL NO CONTEXTO CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR” traz duas principais hipóteses, abordando motivos causados por tal sistema. O artigo afirma:

“O abandono acontece quando a criança é privada da convivência familiar sendo que o motivo central deste processo seria a falta de formação adequada dessas famílias que fazem parte de um grande grupo que não tiveram acesso ao mínimo dos direitos sociais em um contexto capitalista. A segunda hipótese traz como discussão central a situação de pobreza extrema que se encontram inúmeras famílias advindo do modelo excludente que o capitalismo gera que vai afetar diretamente o elo familiar dessas famílias. Portanto tem-se a ruptura dos laços e vínculos familiares, quando os pais não conseguem suprir as necessidades mais básicas dessa criança, como comida, água, educação e moradia digna, ficando assim a criança em situação vulnerável.”(CONCEIÇÃO, M.; ANDRE LUIZ BERAS, C. O ABANDONO INFANTIL NO CONTEXTO CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR, 2020, p.1)

Essas hipóteses são duas de inúmeras existentes para o assunto em questão.

Portanto, após os fatos mencionados, evidencia-se a importância da problematização econômica e social acerca de temas tão delicados, com o objetivo de buscar um ponto de vista político e social. Ambas as hipóteses dadas como exemplo são intensificadas ou diminuídas dependendo do estado econômico do país em que se aplicam as devidas teorias. Com isso, conclui-se que o abandono ocorre diariamente em nossa sociedade e não é decorrente apenas de problemas pessoais ou familiares. Assim, entende-se que o abandono familiar pode ser encarado como um problema social grave.

3.2. Educação

A escolaridade, sendo um termo utilizado para referir-se ao tempo de permanência dos alunos no período escolar na estrutura social, é o mais antigo meio de passagem de conhecimento humano. O artigo 7º da Carta de Direito das Crianças traz a educação enquanto direito social indiscutível. Porém, com o alto número de pessoas sob a jurisdição governamental, torna-se difícil garantir o mesmo nível educacional a todas. No contexto de desigualdade social, torna-se inviável que haja plena educação a toda nação, além do alto número de pessoas a serem administradas, a distinção financeira também não permite uma fácil entrada educacional.

É importante lembrar que, na década de 1950, nasce a Declaração Universal do Direito das Crianças, trazendo um olhar mais gentil e detalhado à educação do menor. Por outro lado, os direitos instituídos para a população infantil não são assegurados ou colocados em prática em todos os casos. As campanhas de políticas públicas, mesmo sendo presentes, nem sempre alcançam todos os cidadãos, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade e marginalização. Essa não inserção da criança na escola, no contato com livros, cadernos, e outras crianças, reflete em uma sociedade com grandes lacunas sociais. Com isso, conclui-se que o principal ponto em discussão é a alta desigualdade presente no sistema de funcionamento latino que, com o passar do tempo, colabora para desvinculação entre a educação e o cidadão. Por exemplo, segundo dados do coeficiente de GINI a partir de um estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional, os países da América Latina são quase 30% mais desiguais do que a média global. Cerca de 74 milhões de habitantes da região vivem com menos de US \$2 por dia. Mais de 50% são crianças.

Além disso, outra forma de comprovação da deficiência educacional latina revela que, no ano de 2015, a América Latina estava, em média, 2,5 anos de escolaridade atrás da média da OECD, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Além disso, em nível escolar a pontuação de jovens de 15 anos do local é precária, principalmente nas áreas de ciências e matemática. Sendo assim, as camadas majoritárias da sociedade sofrem tamanho descaso, não tendo a garantia de algo essencial para formar todo e qualquer cidadão: a educação.

3.3. Trabalho infantil

Segundo a Organização Livre de Trabalho Infantil, “Trabalho infantil é toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos, como regra geral. Quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos. Se for trabalho noturno, perigoso, insalubre ou atividades da lista TIP (piores formas de trabalho infantil), a proibição se estende

aos 18 anos incompletos.” (AZZOLIN ADVOGADOS, 2021)

De acordo com estimativas, no ano de 2020 foram contabilizadas cerca de 160 milhões de crianças com idades entre 5 a 17 anos que se encontravam submetidas ao trabalho infantil no globo. Dentre elas, 63 milhões são meninas e 97 milhões são meninos. O setor que mais emprega esse tipo de serviço é o setor da agropecuária, com 72% no mundo inteiro, isso se deve ao fato de que as áreas rurais, por serem afastadas e também por serem extremamente extensas, acabam dificultando o trabalho dos órgãos fiscalizadores, consequentemente a educação fica em segundo plano, já que, por a escola ser extremamente afastada, os pais acabam priorizando o trabalho, trazendo assim consequências graves para a vida de seus filhos.

Em países como Zimbábwe, Angola e República Democrática do Congo, o índice educacional é precário, extremamente limitado e desvalorizado pela população, transformando assim o trabalho infantil em um dos únicos caminhos viáveis a ser seguido. Na maioria das vezes, esse mesmo caminho foi usado anteriormente pelos próprios pais, sendo assim um ciclo crônico de pobreza.

No continente americano, o Haiti está em primeiro lugar com o maior número de casos envolvendo o trabalho infantil. Sendo o país mais pobre das américas e com 45% da sua população desnutrida, as crianças se veem responsáveis pelo próprio sustento. Essa ação ocorre pelo fato de não existirem medidas para a proteção e defesa dos direitos humanos dos infantes.



(FONTE: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>)

3.4. Sistema adotivo

O sistema adotivo é pouco conhecido socialmente. Por esse motivo, o assunto se torna desvalorizado socialmente. Em uma definição completa, o Ministério Público do Rio de Janeiro, diz:

“A adoção é o processo afetivo e legal por meio do qual uma criança passa a ser filho de um adulto ou de um casal. De forma complementar, é o meio pelo qual um adulto ou um casal de adultos passam a ser pais de uma criança gerada por outras pessoas. Adotar é, então, tornar “filho”, pela lei e pelo afeto, uma criança que perdeu, ou nunca teve, a proteção daqueles que a geraram.”(MPRJ, Sobre_Adoção, p.1)

Por ser um processo legal, cada país possui regras diferentes. Dessa forma, no parágrafo a seguir, vamos comparar dois dos principais modos como o sistema adotivo pode aparecer no mundo, o sistema público e o sistema privado de adoção, mais especificamente, o público sendo o do Brasil e o privado, dos Estados Unidos, o qual vale ressaltar não ser o único sistema de adoção do país.

A adoção privada no caso da delegação de exemplo ocorre devido à alta demanda de casais inclinados à adoção de bebês. Dessa forma, devido ao número escasso no setor público, a adoção privada torna-se uma opção. De acordo com o especialista em supervisão e reforma do sistema de adoção e bem-estar familiar ao jornal da BBC, a adoção privada é ocasionada pela situação de uma gestante não poder ou não querer ser mãe, e, por isso, decidir trabalhar com uma agência ou um terceiro para colocar a criança em outra família de forma absolutamente voluntária. Apesar de a criança ser dada para a adoção de forma voluntária, ao contrário da agência de adoção estatal, a agência privada não possui fiscalizações, resultando na falta de regulamentação nesse ambiente. No caso do processo adotivo nessas condições, a genitora recebe pela adoção, o que torna a decisão de entregar o filho para adoção uma escolha influenciada por uma questão econômica.

Ainda segundo a mesma matéria da BBC, uma mãe teria prometido o bebê para a agência de adoção ainda no início da gestação, e, posteriormente, ocorreu a ela a possibilidade de criar seu filho. No entanto, o agente de adoção lhe informou que os pais adotivos de seu filho, ainda em período de gestação, a processariam. Porém, o que mais preocupa é que a mãe gestante sequer fora avisada de seus direitos de ajuda do Estado. Além de tudo isso, a questão burocrática é ainda mais complexa após o nascimento. Quando a mulher deu à luz, logo após o parto, o bebê foi retirado de suas mãos e levado com um agente e os pais adotivos. E em menos de 10 horas após um parto que quase tirou sua vida, a mulher teve de assinar papéis para que seu filho fosse levado por sua família adotiva.

Além de todos esses problemas, o custo para adotar uma criança chega a ser por volta dos 70 mil dólares em agências físicas. Todavia, a presença de meios de adoção privada *on-line* chega a ser bem menos custosa. Esse tipo de adoção ocorre em grupos de Facebook, Instagram ou agências de publicidade *on-line*.

Agora, colocando em questão a adoção pública, analisando o sistema brasileiro, logo de início podemos perceber a presença de normas rigorosas. No site jus.com.br, há a presença de um artigo sobre o funcionamento do sistema adotivo do país. “A Carta Magna de 1988 introduziu no sistema normativo brasileiro a proteção integral às crianças e adolescentes, priorizando, dentre outros, os direitos fundamentais como a vida, saúde, alimentação, educação e garantiu aos filhos adotados os mesmos direitos dos filhos tidos anteriormente como legítimos.” Como exemplificado pelo autor do artigo, podemos perceber a aplicação de leis do próprio país, que seguem também os artigos dos Direitos Humanos. Nesse caso, o Estado é visto como maior responsável por todas as atividades e vida dessas crianças. Desse modo, o Estado é responsável pelo acompanhamento da adoção e também por oferecer cuidados, abrigo e educação ao menor até atingir a maioridade. A adoção estatal também é acompanhada por vários requisitos para quem vai adotar a criança, todos visando ao bem-estar dela.

3.5. Criminalização

De acordo com a criminologia, a criminalidade é “o processo pelo qual comportamentos e indivíduos são transformados em crime e criminosos” (TEORIA LABELING APPROACH - LINKEDIN, 2019). Ações consideradas proibidas pela lei, que sejam contra o bem-estar e os direitos humanos, entram como ações criminais. Prostituição, assassinato, furto, roubo, tráfico, extorsão e sequestro são exemplos de atos criminosos. Um desses, cometidos pela criança ou adolescente, ou cometidos contra, entram em discussão.

Dos mais diversos crimes que acometem crianças, a prostituição é um dos mais graves e numerosos deles. Dados mostram que, em países como Myanmar e Venezuela, onde a desigualdade se mostra cada vez mais crescente e os índices de educação, lazer e saúde cada vez mais precários, a prostituição é um dos caminhos utilizados pelas famílias (OIT E UNICEF, 2020). Isso ocorre devido a um problema social decorrente da falta de políticas de amparo social no país, as quais poderiam ter mostrado outros meios de sustento da família.

De acordo com estatísticas, a Tailândia é responsável por ser o país com o maior número de casos registrados de prostituição infantil (OIT E UNICEF 2020). Culturalmente, as crianças têm o dever e responsabilidade para com a família de prover o sustento. Logo, a prostituição se transforma em um trabalho normal. Diante disso, muitos turistas ocidentais foram os responsáveis por capitalizar esse comércio, ocasionando um grande turismo sexual, trazendo lucro tanto para as famílias quanto para a economia do país.

Já no ocidente, o país com maior número de casos anuais é o Brasil, com uma estimativa de 500 mil crianças envolvidas, dessas 500 mil, 75% são meninas negras que buscam o próprio sustento ou até de seus familiares. De acordo com a Childhood Brasil, somente 7 de 100 casos são notificados aos órgãos fiscalizadores, o que demonstra facetas da desigualdade racial no país e suas consequências para a pobreza desde a infância.

A prostituição infantil é responsável por financiar os mais diversos fragmentos criminais. Um exemplo é o tráfico de drogas, que é beneficiado pelas menores que se viciam e tem como única forma de sustentar esse vício a venda do corpo ou até de seus pais que usam os próprios filhos como meio de sustento.

Outro dos mais diversos crimes é o tráfico infantil, cuja operação acontece no mundo inteiro. O tráfico de crianças é uma das formas de tráfico humano. Designa-se como uma prática de sequestro, desaparecimento e ocultação da identidade das crianças, muitas vezes através de partos clandestinos e adoções ilegais. Essa prática ocorre tanto para a adoção clandestina de crianças em diferentes países como para a extração de órgãos e prostituição.

3.6. Sistemas parentais

Os sistemas parentais são compreendidos como diferentes formas de união familiar. Primeiramente, a família caracteriza todos os grupos de pessoas com laços de convivência ou sanguíneos baseados no afeto e nem sempre precisa significar um modelo pronto. Ela se faz dentro de casa ou com um grupo de amigos, avós, etc. Para isso, existem diferentes formas de organização entre elas.

Um exemplo bem comum é a monoparentalidade, que se constitui quando apenas uma parte do relacionamento assume a criação dos filhos. Outros exemplos estão nas famílias informais, em que não há oficialização do casamento; na anaparental, a qual existe sem a presença dos pais, e a criança cresce sob o cuidado de um parente, vizinho, irmão; e as matrimoniais, que são as oficializadas com o casamento. A diferença entre elas se instala na forma de criação e nos ideais de cada um, a respeito das conexões formadas.

Um fator que merece atenção dentro dos diferentes sistemas de união é a responsabilidade aplicada ao cuidador. Muitas vezes, como no exemplo das famílias anaparentais, quem assume a educação é um irmão, um primo, e esses também são menores, ou seja, possuem como direito o cuidado de alguém. Em casos de abandono planejado e situação de rua, o problema se intensifica, já que a negligência só aumenta. Nesses casos, a criança ou adolescente está em situação de se autossustentar e autocuidar.

Em relação ao ser humano, o modo de viver se torna algo que tem de ser ensinado às crianças, para que, quando se tornem responsáveis, consigam passar para a próxima geração. Portanto, no caso de crianças de rua, elas estarão em uma situação social extremamente vulnerável e de risco, por não terem apoio ao aprender a “se virar” sozinho.

4. ASPECTOS DE APOIO

Em meio à problemática, observa-se um grande espaço, no qual é necessário o apoio tanto institucional quanto social. Com isso, para melhor entendimento do assunto, é de extrema importância a compreensão acerca do modo de funcionamento de questões econômicas, políticas e de solidariedade em relação ao tema. Movimentações, como a de empresas, comunidades e governos, ajudam em várias questões da vida de crianças em situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, os subtópicos a seguir visam apresentar os meios de apoio à problemática e a relação desses com o assunto vigente.

4.1. Entre o público e o privado

Primordialmente, é preciso definir a diferença entre o setor público e privado, uma vez que o público nasce e é desenvolvido pelo governo e o privado está sob comando de operadores de empresas. Visto isso, é de suma relevância a percepção clara de quem assume o comando de cada setor, para que haja um melhor entendimento da situação e da relação entre eles.

Um exemplo de influência privada são os atendimentos no Saica (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), este se caracteriza como ONG (Organização Não Governamental) que realiza processos de proteção para crianças em situação precária, reintegração familiar ou encaminhamento para novas famílias. Há uma determinada diferença em como ambos os setores atuam, assim, não possuindo a mesma qualidade em relação ao acolhimento da criança.

Em adição, o apoio empresarial, nos espaços de acolhimento públicos, é notável. A empresa Faber Castell, por exemplo, possui a “Graf Von Faber - Castell Children’s Fund Foundation”, que atua no mundo todo apoiando escolas, hospitais, jardins de infância, orfanatos e grupos organizados. Movimentações assim mostram que as duas esferas, por mais que às vezes diferentes, podem unir-se e contribuir para os cuidados com o mundo, resultando em uma infância digna.

Com essa relação, percebe-se a necessidade de casas de cuidados com qualidade para receber essas crianças. É cada vez mais complicado para os órgãos estatais realizarem a administração de todos esses casos e fornecerem um atendimento individual. Nesse contexto, nascem órgãos isolados, atuando com a Vara da Justiça, ou seja, que o governo permite e regulamenta, mas não são independentes, apesar de serem privados, atuam na esfera pública.

Crianças e adolescentes, sejam eles desabrigados ou não, devem estar sob o total conhecimento do Estado, é ele que deve garantir tudo o que é necessário até os 18 anos, e garantir os direitos para a futura vida adulta. Como instituições de ajuda, é de alto valor responsável os “coordenadores” e movimentadores desses abrigos, - que muitas vezes nascem informalmente dentro de comunidades periféricas, atuando também na miséria, - busquem registrar essas crianças sob a tutela das autoridades. Em outra análise, vem a necessidade de intensificação da ação diretamente do governo em prol dessas crianças, este deve ir de encontro a essas uniões para garantir o bem-estar do menor.

4.2. Movimentações institucionais

Movimentações institucionais são trabalhos realizados pela sociedade no geral para auxiliar certo grupo e/ou atuar em determinada causa. Elas ocorrem por meio de apoios e incentivos fiscais. Podem ser efetuadas pela iniciativa privada e também pelo Estado, dependendo de onde e como o grupo pretende agir.

Uma diversidade de movimentos sociais foi capaz de assegurar e preservar o bem-estar das crianças. Grande parte delas encontra-se em lugares de alta periculosidade, em que as necessidades constituídas pelos Direitos Humanos não estavam sendo seguidas. Nesse contexto, nascem as intervenções independentes. Cada uma possui um propósito e atua visando a uma causa, muitas recebem um grande reconhecimento, tornando-se maiores com o passar do tempo.

Um exemplo de movimentação é a “Aldeias Infantis SOS Brasil”, uma das mais bem-conceituadas instituições internacionais. Ela foi responsável por ajudar mais de 165 mil crianças somente no Brasil. Hoje, atua em mais de 137 países e recebe reconhecimento da ONU e de outras organizações humanitárias de excelência. Estar na pauta de reconhecimento de outras formas de organização, além de promover maior alcance, consequentemente, mais pessoas ajudadas, ainda colabora com a marca de credibilidade, visto que nesses processos de ajuda muitas fraudes acontecem, deixando os necessitados desolados (ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, 2023).

5. INFRAESTRUTURA DOS ORFANATOS

5.1. Funcionamento de orfanatos

Há uma estreita variação na forma como cada abrigo trabalha com suas crianças. Existe um padrão legal a ser seguido, mas cada um possui suas especificidades. Em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), constatou-se que, em 78,4% dos abrigos selecionados, predominava o regime de permanência contínua (IPEA, 2005). Ou seja, as crianças não saíam do orfanato, fazendo de lá sua moradia. Quando há registros de que o abrigado possui família, é feita uma avaliação de reiteração familiar, considerando que a criança possa voltar para os cuidados parentais.

Como se trata de um longo processo, muitas vezes fraudes acontecem. Existem diversos casos de crianças abrigadas sem qualquer conhecimento da Justiça, que é responsável por garantir todos os seus direitos. Várias lacunas fazem-se presentes dentro do ecossistema de funcionamento, causando diversos impactos para quem está dentro, seja a criança ou o administrador. É necessário que esses locais tenham relação com uma casa, um lar, pois as crianças nesses locais não recebem um olhar individualizado frequentemente. Além disso, a vivência comunitária também é de extrema importância para as crianças, o contato com o mundo externo é imprescindível.

De certa forma, são poucas as pessoas provedoras do conhecimento de como caminha um orfanato, quais são suas peculiaridades. Acompanhada da baixa interferência estatal, a situação torna-se propícia para determinados preconceitos. Ao analisar o todo, é claro, muitas questões positivas fazem-se presentes no funcionamento, até a própria existência destes é um avanço. Entretanto, a atenção redobrada não deve ser perdida quando se trata de menores em vulnerabilidade.

5.2. Entre o público e o privado

Primordialmente, é preciso definir a diferença entre o setor público e privado, uma vez que o público nasce e é desenvolvido pelo governo e o privado está sob comando de operadores de empresas. Visto isso, é de suma relevância a percepção clara de quem assume o comando de cada setor, para que haja um melhor entendimento da situação e a relação entre eles.

Um exemplo de influência privada são os atendimentos no Saica (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), este se caracteriza como ONG (Organização Não Governamental), que realiza processos de proteção para crianças em situação precária, reintegração familiar ou encaminhamento para novas famílias. Há uma determinada diferença em como ambos os setores atuam, assim, não possuindo a mesma qualidade em relação ao acolhimento da criança.

Em adição o apoio empresarial, nos espaços de acolhimento públicos é notável. A empresa Faber Castell, por exemplo, possui a "Graf Von Faber - Castell Children's Fund Foundation" que atua no mundo todo apoiando escolas, hospitais, jardins de infância, orfanatos e grupos organizados. Movimentações assim mostram que as duas esferas, por mais que às vezes diferentes, podem unir-se e contribuir para os cuidados com o mundo, resultando em uma infância digna.

5.3. Superlotação e privacidade

Com as deficiências estruturais das casas que recebem as crianças necessitadas, torna-se cada vez mais complicada a relação do abrigo e do abrigado. O sentimento de pertencimento, de cuidado e de ter com quem contar é cada vez mais escasso na infância precária que assombra a América Latina. O excesso no número de crianças à procura das redes de apoio é cada vez maior, causando a superlotação.

Segundo o promotor de Justiça Luciano Tonet ao blog Jornal Do Nordeste: "Estão todos superlotados. O ideal é a ocupação de até 20 crianças e adolescentes, e alguns chegam a ter 30. Isso dificulta todo o trabalho da equipe técnica, que precisa visitar as famílias. O repasse do recurso, feito com a previsão de 20 acolhidos, também fica prejudicado" (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019). Acompanhando esse dado, é possível deduzir e comprovar que as consequências dessa problemática abrangem muito além do emocional dos desabrigados, a questão vigente é a infraestrutura. Abrigos superlotados não conseguem suprir as demandas básicas da infância, como boa alimentação, tempo de qualidade, práticas escolares e segurança.

Ademais, outra questão em pauta cresce na necessidade de privacidade. Como seres humanos, independentemente da faixa etária, o ser humano precisa de privacidade, espaço próprio e tempo sozinho, com o cenário de superlotação, esses pontos se tornam cada vez mais inatingíveis para os abrigados. Além disso, é pertinente frisar que o momento de puberdade ocorre, em grande escala, dentro das instituições infantis. Dessa maneira, é de senso comum que, ao atingir a puberdade, certas necessidades surgem, exemplificando a compra de absorventes. Por outro lado, com a superlotação, não há recursos ou apoio psicológico para tais pré-adolescentes nesta fase de vida. (Vide tópico 5.4. e 5.5.)

Dito isso, tais consequências afetarão significativamente as vidas desses abrigados, em que o conforto e a segurança serão limitados ou até inexistentes. Sendo a privacidade um fator indiscutível, algumas medidas provisórias foram acolhidas, como estipular horários para o uso do banheiro entre os meninos e as meninas. Mesmo com essas tentativas de amenizar a dificuldade, observa-se um ambiente pouco desenvolvido, necessitado de mudanças urgentes.

5.4. Saúde

A questão da saúde mundial é uma área de grande preocupação. A porcentagem da população mundial que não tem saneamento básico é de 40%, que é a mesma porcentagem de pessoas que não possuem acesso aos serviços de saúde (UNICEF, 2021). São quase 3 milhões de pessoas no Brasil privadas de direitos básicos, e entre elas estão também crianças em situação de rua. No mundo, poucos países possuem sistema único de saúde com gratuidade, alguns deles são: Brasil, Canadá, Reino Unido, Austrália, França e Suécia. Esse tipo de sistema facilita o acesso, considerando, de fato, o conceito de a saúde ser uma necessidade básica, um direito.

É necessário compreender totalmente a questão social para falar sobre o tópico em pauta. No entanto, levando em conta que a classe social que está sendo analisada pertence à classe da população em extrema pobreza, as problemáticas no tópico da saúde vão desde vacinas e problemas com cáries dentárias até doenças mais raras. Em países que possuem algum tipo de programa de saúde pública, são aplicadas, em certas circunstâncias, campanhas que visam chegar até as pessoas com atendimentos de check-up, aplicações de vacinas e até tratamentos rápidos às pessoas que não vão até os postos de saúde ou hospitais. Porém, em países em que o sistema de saúde é privado, nenhum desses serviços é efetuado.

Portanto, considerando saúde, segundo o Artigo 25º dos Direitos Humanos:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Tendo o artigo como base, é dever dos Estados fornecerem o básico da saúde para toda população, incluindo também necessidades de procedimentos e cirurgias, a fim de garantir o bem-estar e a saúde de todos. Esse exemplo também se refere a momentos de anomalia, como o exemplo recente da pandemia do Covid-19, em que era dever do Estado fornecer vacinas para toda população. Também pode se dar como exemplo a problemática de saúde infantil no território latinoamericano, onde há um grande número de crianças que possuem cáries em estágios avançados devido ao consumo de alimentos industrializados (JHBS, 2019).

5.5. Dignidade menstrual

A definição clara do termo “Dignidade Menstrual”, publicada pela UNICEF, diz: “ter acesso a produtos e condições de higiene adequados. ” (UNICEF, 2021). Seguindo essa linha de pensamento, podemos concluir a falta de aplicação do conceito no mundo atual, o que torna importante a vinda do conceito de Pobreza Menstrual, que seria a falta de produtos e condições de higiene. A UNICEF, com o propósito de tornar o assunto mais visível, criou um Dia Internacional da Dignidade Menstrual (28 de maio). Em campanhas feitas no Brasil, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância publicou um relatório que traça um panorama alarmante da realidade menstrual vivida por meninas brasileiras. Nesse relatório estavam presentes dados como os que 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas (UNICEF, 2021).

Considerando os dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas e comparando com a realidade do preço em que absorventes se encontram no mercado -chegam a custar a partir de 27 reais contendo 48 unidades-, e com a informação de que os absorventes devem ser trocados a cada 4 horas, durante o tempo médio de duração da menstruação que é de 8 dias, resultando em 6 unidades por dia, e 48 por mês, um pacote inteiro. Uma pessoa, para ser considerada em situação de extrema pobreza, no Brasil, recebe até 89 reais (renda *per capita*). Com isso, somente com o preço dos absorventes, mais de 25% da renda mensal da mulher está consumida.

Tendo em vista outros dados fornecidos pela UNICEF, 900 mil mulheres não têm acesso à água canalizada em seus domicílios e 6,5 milhões vivem em casas sem ligação à rede de esgoto (UNICEF, 2021). A Pobreza Menstrual não engloba somente o problema monetário. Levando em conta os dados gerais da população brasileira, podemos trazer isso para a questão da vulnerabilidade social de crianças em situação de rua e em crianças órfãs. Em orfanatos, imagina-se que o fornecimento de higiene básica e de acessórios para efetuar a coleta da menstruação seja efetuado segundo as leis de saúde. No entanto, considerando o grupo em maior vulnerabilidade social, a quem não são garantidos nem mesmo vestimentas ou abrigo, não é possível garantir nenhum tipo de Dignidade Menstrual, tornando o assunto muito mais delicado do que o imaginado devido à falta de acessibilidade de produtos de higiene e à falta de formação recebida por essas mulheres.

6. PAÍSES

6.1. Brasil

No Brasil, um país em desenvolvimento, muito progresso em relação a direitos e necessidades básicas à população tem sido feito, porém, ainda assim, não atinge toda a população necessitada. Em território brasileiro, encontram-se dois principais problemas encarados pela UNICEF como graves: a quantidade de pessoas sem acesso escolar e a alta taxa de homicídios de adolescentes.

Um estudo feito na cidade de São Paulo, em 2019, pelo Instituto Geração Amanhã (IGA), mostrou que somente neste município há 32 mil pessoas em situação de rua -incluindo todas as faixas etárias-. Além disso, há 526 pontos de concentração de crianças e adolescentes nessa situação. Essa informação torna-se explícita ao constatar o seguinte trecho da pesquisa realizada pelo instituto:

“É quase impossível parar em um farol na região central da capital paulistana, por exemplo, sem que uma criança venha oferecer algum serviço, vender doces ou simplesmente pedir auxílio para si e para sua família.” (GERAÇÃO AMANHÃ, 2022)

A realidade retratada apresenta um ponto social, evidenciando a desigualdade no âmbito nacional acerca de pessoas pretas. Para sustentar tal fato, o mesmo estudo realizado pelo IGA aponta que cerca de 85% da população infantil em situação de rua são negros. Além disso, nas instituições de acolhimento, 89% dos residentes declararam-se pretos ou pardos.

Em entrevistas, crianças alegam terem sofrido de fome, violência externa ou doméstica e terem realizado algum tipo de trabalho infantil.

Já em relação a sistemas de acolhimento, cerca de 34 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos.

Segundo a Agência Senado, desses 34 mil, 5.040 estão totalmente prontas para a adoção e 2.701 em processo de adoção, enquanto haja cerca de 36.437 pessoas interessadas em adotar uma criança (AGÊNCIA SENADO, 2022). O número claramente não bate, tendo em vista que apenas 2,7% dos adultos aceitam adotar crianças acima dos 10 anos, e a maioria das pessoas em estado de acolhimento já passaram dessa idade.

6.2. Argentina

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos, correspondentes ao primeiro semestre de 2021, 4 em cada 10 pessoas são pobres e 1 em cada 10 vivem na miséria. Diante desse cenário, é possível compreender a incidência da falta de cuidados para as crianças do país (INDEC, 2022). Insegurança alimentar, pobreza menstrual e falta de educação de qualidade arrematam grande parte da população argentina.

Durante a pandemia, os subsídios estatais “salvaram” muitas famílias que entrariam na indigência. Porém, a alta inflação, que ainda é um problema, dificulta cada vez mais a melhora econômica dessas pessoas, principalmente dos menores de idade, já que o que chega para eles é a pior parte. A precariedade do país negligencia todo um povo, mas afeta principalmente os indivíduos em desenvolvimento, as crianças.

Com base na fala de Leo Tornarolli, economista do Centro de Estudos Distributivos, Trabalhistas e Sociais (Cedlas), da Universidade Nacional de La Plata, a Argentina possui uma marcante característica na linha da pobreza: ao sair de suas crises, fica com um piso de pobreza mais alto de que tinha antes (EL PAÍS, 2021). Esse fenômeno acentua a complicada ação do governo em prol das crianças ali presentes. Com uma economia em decadência, dificilmente a educação será valorizada, haverá investimento em orfanatos e movimentação para o resgate de menores abandonados. Com tudo isso, o apoio à infância deixa a desejar.

6.3. Bolívia

Existem cerca de 3 milhões de crianças na Bolívia (DPH, 2007). Apesar do número significativo, esse setor da população se encontra em estado de extrema vulnerabilidade, devido principalmente à pobreza. A miséria é um dos fatores que estimula a violência no país. Situações como crianças em condições análogas à escravidão, tráfico infantil, trabalho pueril, alta quantidade de marginalização, prostituição e vício em substâncias ilegais.

A pobreza no país, a falta de apoio governamental e a carência por alimentos são responsáveis pela substituição da vida escolar pela vida nas ruas. Em junção com o fator econômico, os problemas sociais causados pela crise boliviana geram uma grande falta de escolaridade dessas pessoas. Essa situação ocasiona o aumento do número de menores de idade nas ruas, que é usado como ponto de partida pelas organizações criminais para o sequestro e o tráfico infantil.

Medidas drásticas, como o sindicato boliviano ter diminuído a idade de trabalho para os 10 anos, são um indicativo da péssima qualidade de vida no país. “É um retrocesso histórico, com precedentes apenas na Índia. Quando as crianças lutam para continuar a trabalhar, não têm ciência do tamanho da exploração a que estão sujeitas. A maior forma de proteção é proibir o trabalho infantil, e nós estamos atentos para que não haja esse tipo de manifestação em outros países latino-americanos” (LIVRE DE TRABALHO INFANTIL, 2023), comenta Antonio de Oliveira Lima, procurador-chefe do Ministério Público

do Trabalho do Ceará (MPT-CE) e coordenador do Projeto MPT na Escola, referindo-se ao *Código Niña, Niño y Adolescente*, sancionado pelo presidente Evo Morales em 2014, que permite o trabalho infantil para crianças de 10 a 12 anos em casos excepcionais. Além da fala de Lima, que reafirma todos os pontos sociais, podemos também citar que a saúde dessas crianças está em constante risco, quando se fala nas condições em que trabalham.

6.4. Estados Unidos

Somente nos Estados Unidos, 1,6 milhões de crianças sofrem com a falta de um lar e outros direitos básicos. Infelizmente, foi observado que, desse número, 90% das crianças usam substâncias psicoativas, como tentativa de lidar com a dor que é viver nessa situação. As substâncias mais usadas por esses jovens são a maconha, o álcool e o tabaco (G1, 2017).

A superpotência conta também com históricos não muito positivos acerca de ações infantis, casos como massacres em escolas, homicídio de professores e familiares, que já foram notícias nos holofotes mundiais por um tempo. Mas dificilmente é tão visível a situação de orfanatos e a quantidade de crianças em situação de rua. Em relação à saúde, o país não está entre os melhores. Durante a pandemia do Covid-19, os Estados Unidos da América tiveram o maior número de crianças hospitalizadas diariamente.

Ao mundo todo, é entregue a ideia do “American Way of Life”, o jeito americano de viver, um conceito difundido, no século XX, ou seja, a vida dos sonhos, baseada em liberdade individual e alto consumo, a vida de Hollywood. Apesar das ideias passadas pela mídia, situações criminosas também se passam no “país perfeito”. Reportagens mostram, diariamente, direitos humanos sendo infringidos no território estadunidense. Em uma reportagem da Folha, a informação é de que 290 mil crianças são empregadas ilegalmente (FOLHA, 1997). Em outros casos, adoções por Instagram, tráfico infantil, sequestro de crianças e um número de mais de 4 milhões de crianças desabrigadas também são retratados.

6.5. China

Em um estudo realizado no ano de 2017 estimou-se que mais de 10.000 crianças chegam aos orfanatos todos os anos, e a maioria delas possui alguma complicação física (EL PAÍS, 2017). Essas são as chamadas “Crianças que o país não quer ver”, já que uma antiga visão as caracterizava como inúteis, associando-as a um castigo divino. Tudo isso se soma à percepção econômica, com um sistema de segurança social ainda instável e cada vez mais complicado de se manter.

Ademais, muitos escândalos envolvem a China no quesito de adoção internacional, o país conta com uma presença significativa nesse caso. As crianças chinesas são extremamente visadas para a adoção, principalmente nos Estados Unidos. Isso se deve também à antiga política do Filho Único, que hoje já não está mais em vigor. O “mercado” da adoção chinesa conta com um alto índice de corrupção quando envolve os orfanatos estatais e os traficantes chineses, já que outra questão latente é o tráfico de crianças.

Sem proteção e com pouca intervenção governamental, o cenário das crianças de baixa renda torna-se cada vez mais precário. Levando em conta, também, a presença de empresas muito influentes no território, por vezes a infância é roubada para dentro dos maquinários. Em um mundo extremamente consumista, metas de produção precisam ser batidas a todo o momento e, assim, o trabalho infantil ilegal ganha espaço. Diante de tal instabilidade, os direitos básicos das crianças acabam sendo deixados de lado.

6.6. Venezuela

Devido à crise no país, inúmeras situações envolvendo direitos e crimes são cometidas. Com a ajuda da UNICEF, muitas crianças permanecem frequentando instituições de ensino em meio a esse caos, mas, casos como mães serem forçadas a abandonarem seus filhos, alta taxa de desnutrição infantil, direitos negados ao se tornarem refugiados estão bem presentes na realidade venezuelana.

Os orfanatos permanecem em funcionamento no país, porém, claro, seguindo as regras e em miséria devido à condição monetária no país. Em cidades como Caracas, placas dizendo “É proibido descartar bebês” são colocadas em lixeiras pela cidade. Essa mensagem chocante é colocada por um motivo: a quantidade de bebês largados pelas mães aparenta ter aumentado exponencialmente. Números acerca disso, não temos, já que o governo há anos não publica dados referentes a problemas sociais internos, portanto, esse fato não foi medido, foi observado e contado por moradores locais e trabalhadores dessa área (BBC, 2020).

Por outro lado, o número de crianças em situação de rua também pode tomar proporções alarmantes. Estima-se que 500 mil pessoas abaixo dos 18 anos viviam na rua na capital do país (PENA & LA TERZA, 2022). No entanto, apesar do número de pobreza ter aumentado devido à crise e à pandemia, famílias, como algumas brasileiras, que foram morar na rua, na Venezuela, quase sempre viram refugiados. Preferem arriscar suas vidas em busca de um abrigo de um país que possa dar melhores condições, ao invés de permanecer em seu país, que muitas vezes não fornece nem esperanças. Como exemplo, após a crise venezuelana, o estado de Roraima recebeu um grande número de refugiados do país, e, com isso, a situação em 2017 chegou a ser de cerca de 1,5 mil crianças em situação de rua na capital do estado, todas dependentes dos serviços oferecidos no Brasil (UOL, 2022).

6.7. Colômbia

Devido à violência, mais de 850 mil crianças ficaram órfãs (THE LANCET, 2020). Elas foram forçadas a viver em lares temporários, parentes próximos e, nos piores cenários, nas ruas. Essa onda de violência não só impactou os lares dessas famílias, mas também a sociedade como um todo, que se mobilizou para recorrer à melhoria dessas crianças.

O governo deu início, então, ao Instituto Colombiano de Assistência à Família (ICBF) que ficou responsável por acolher e proteger todas essas crianças. Porém, apesar do árduo trabalho, muitas delas ainda vivem em precárias situações. Os números de menores vulneráveis são extremamente excessivos, e um único instituto não é capaz de acolher todas elas. Por isso, o incentivo às casas de acolhimento e movimentos independentes se faz cada vez mais presente.

O drama da juventude e da infância assombra os colombianos. A incidência de recrutamento de crianças para as guerras é altíssima no país, dando largada à movimentação dos “meninos soldados”, termo usado para caracterizar as crianças envolvidas em conflitos armados. Os dados apresentados pelas FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, registram grandes números de resgate e sequestro dos menores. Além de tudo isso, diversos crimes são somados a esses: Abusos sexuais, recrutamento para engrossamento de tropas clandestinas, mortes dentro de minas, assassinato dos responsáveis e mortes declaradas são cenários comuns dentro da realidade colombiana.



(FONTE: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/meninos-soldados/colombia.html>)

6.8. República Dominicana

A República Dominicana é um país caribenho localizado na América, que tem sua capital centrada em Santo Domingo. Ela supera o número de 120.500 crianças e adolescentes órfãos. Ela ratificou a CDC, - Convenção para o Direito das Crianças-, da Organização das Nações Unidas. É perceptível que, a partir daí, houve grande esforço em deixar tais temas presentes na agenda pública do país, mas os índices continuaram abaixo da média.

Comparando a situação da República Dominicana com a média regional, ela encontra-se na linha dos 20% na relação de pobreza e fica abaixo dos demais no ponto da saúde, devido aos índices de mortalidade infantil e gravidez na adolescência. É importante, também, considerar os percentuais relacionados à desigualdade social na América Central. Em um estudo realizado após a pandemia pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, houve um aumento de 6% no percentual, garantindo, em média, 2,8 milhões de pessoas que caíram na pobreza (BID, 2022).

Mais uma vez, é necessário que todos os pontos do país sejam levados em consideração. Educação, saúde, e economia são um conjunto que atua para a boa recepção dos menores de rua, um não permanece sem o outro. Primeiramente, um bom país se faz por suas questões sociais, por como sua população é vista. Assim, torna-se imprescindível o constante olhar da nação para esses ideais.

6.9. Paraguai

Tendo em vista a questão histórica do país, guerras e conflitos sempre causam grandes impactos na infância de paraguaios. O país, apesar de possuir defesa dos direitos de crianças e adolescentes, nacionalmente, está no radar por ser cotado no que se diz a atos relacionados ao tráfico infantil.

No tópico de crianças em situação de rua, o país tem mais de uma campanha em prol da assistência a essas crianças. O projeto "Abraço" (projetoabraco.org.br) conta com uma equipe sempre pronta para recolher crianças em situação de trabalho infantil ou desabrigadas das ruas, isso ocorre através de

denúncias, e o programa funciona desde antes de 2014. No verão, quando as crianças não frequentam escolas, foi observado um aumento desses casos, inclusive incluindo crianças de aldeias indígenas, que vão às ruas para pedir dinheiro, ou vender algo, devido à situação econômica do país, por causa disso, o projeto “Operativo Verão” assiste crianças que estavam nessas situações, durante esse período.

O Paraguai é um país que faz parte da tríplice fronteira da América Latina, sendo a fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina. Esse território é um local bem visitado por ser possível viajar nesses três países em apenas um dia, e sendo Foz do Iguaçu um dos lugares a serem visitados a partir do Brasil. Nem tudo é bonito na maior área comercial da América Latina, nas redondezas, também é conhecido o fato de ser um dos pontos com maior índice de trabalho infantil e evasão escolar do Brasil, sendo de grande preocupação devido ao trabalho infantil com extremos casos de precariedade e até de exploração sexual.

6.10. México

De acordo com o *ranking* de países com a maior taxa de violência contra crianças, o México ficou em segunda posição, tal se deve ao fato de que, nas famílias mexicanas, a violência verbal e emocional é aceita. Devido a isso, a violência física não demora a acontecer, caracterizando cenários extremamente tóxicos para a convivência da criança. Com essa alta incidência, muitas crianças optam pela fuga de seus lares violentos e acabam tentando a vida solo na rua, todavia, numa realidade em que o consumo de drogas e a luta pela sobrevivência tornam-se cotidianas.

Há tempos a população mexicana é acometida pelas problemáticas envolvendo suas crianças. São vigentes diversas redes de exploração e sequestro infantil dentro do país. Uma delas foi descoberta quando se localizava dentro de um comércio na região do Estado de Chiapa (BBC NEWS, 2020). Outro ponto que facilita a fuga com os menores é a fronteira direta com os Estados Unidos, abrindo espaço para o tráfico infantil.

Infelizmente, a união desses fatores desencadeia o abandono, o roubo, o abuso e o sumiço das crianças. Os movimentos das autoridades no México ocorrem, mas não são sempre suficientes, se considerarmos a recorrência da problemática. Dentro do país, os veículos de comunicação e mídia têm importante missão, já que traduzem para toda a população a realidade de suas ruas.

7. ONGS E INSTITUIÇÕES

7.1. ChildFund

A fundação concentra-se nos direitos e na segurança das crianças, prioriza sua proteção contra todas as formas de violência, enquanto eleva as suas vozes e promove seu desenvolvimento, bem-estar e participação. Aproveitam a rede global que possuem para enfrentar os desafios enfrentados pelas crianças hoje; como evidenciado pela defesa das crianças nos níveis familiar, local, nacional e global, e trabalham para construir um mundo seguro para elas. Possuem aprendizados e palestras direcionadas a causar impacto às crianças de maneira mais eficaz e eficiente. Também se preocupam profundamente com a Terra e como sua saúde afeta as crianças e as gerações futuras.

A ChildFund tem como visão as crianças aproveitarem seus direitos e descobrirem seus potenciais

baseados no bem-estar. A organização não governamental tem sedes espalhadas pelo mundo todo, com o objetivo de alcançar o máximo possível de pessoas com seus feitos. A ONG também conta com a doação populacional, que pode ser feita através do site, além de serem oferecidas as informações de transparência econômica da organização.

Essa fundação surgiu pela ação de um casal presbiteriano que tinha como objetivo ajudar crianças órfãs vítimas da guerra entre o Japão e a China. Foi com esse objetivo que, em 1938, Calvitt e Helen foram para a China e criaram o China Children 's Fund (CCF). A iniciativa foi bem sucedida, e o casal decidiu expandir a organização para outros países. Dessa forma, o nome da organização mudou e ficou conhecido como Christian Children 's Fund. Com isso, a agência de desenvolvimento, após um tempo, tornou-se a ChildFund, dando assistência e trazendo desenvolvimento e apoio a crianças pelo mundo todo.

7.2. Humans Right Watch

A HRW, — Humans Right Watch — é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, que conta com mais de 400 membros que trabalham ao redor de todo o globo. Sua principal função é analisar situações de desvio dos Direitos Humanos e realizar relatórios, sempre de forma imparcial, para informar sobre tais investigações. Além disso, a mídia e os veículos de comunicação em geral são seus aliados para a sensibilização a respeito de tais efeitos.

Seu principal objetivo é defender a aplicação dos Direitos Humanos no mundo, validando, documentando e expondo as violações, com o ideal de cobrança a partir de políticas públicas que mudem esse cenário. A Humans Right Watch não possui qualquer financiamento governamental ou privado que influencie em suas decisões, já que é um movimento apátrida, ou seja, que não toma para si um partido, um "lado". Além disso, trabalha com impacto e visando a longo prazo, tendo como pilar principal a busca por vários pontos de vista e um entendimento profundo de cada caso.

Seu olhar central é guiado pelo respeito à dignidade de cada indivíduo, pelo direito internacional humanitário e pelo direito internacional dos Direitos Humanos. Quando casos concretos de violação destes ocorrem, o trabalho de combate inicia-se com os governos, organizações internacionais e grupos regionais, para a mais rápida transformação, cobrando políticas públicas e reformas legais, preservando, assim, a integridade das vítimas.

7.3. Médicos Sem Fronteiras

Médicos Sem Fronteiras, ou MSF, é uma organização internacional e não governamental. Isso significa que, apesar de estar presentes em mais 70 países, a organização não responde oficialmente a nenhum deles. A organização tem como principal objetivo levar para as populações carentes uma ajuda humanitária e médica. As mesmas populações são encontradas na maior parte das vezes em territórios que sofrem com catástrofes naturais, epidemias ou estão em conflitos armados. Devido ao seu trabalho a favor da ingerência humanitária, em 1999 a organização Médico Sem Fronteiras ganhou o Nobel da Paz. Isso só foi possível pois todas as ações de cunho humanitário seguiam em nome da ética médica universal.

Os Médicos Sem Fronteiras atuam em países como Bélgica, Bolívia, Burkina Faso, Uganda, Ucrânia, Venezuela e Iraque. Em cada país, é trabalhada uma missão com fins diferentes e situações diferentes,

porém, essencialmente, com objetivos iguais, o bem-estar da população e uma menor crise humanitária. A organização tem como principal objetivo levar auxílio médico a todos os territórios ameaçados ou que possuem situação crítica devido a crises, conflitos ou catástrofes.

Como a maior parte das organizações, eles também contam com o apoio financeiro populacional, a doação. Em seu site, ocorre a atualização sempre que possível sobre sua transparência econômica e sobre seus trabalhos efetuados, através de seus relatórios. Sem dúvidas, a fundação criada por jovens médicos em jornalistas, que atuaram na Nigéria em 1971, faz a diferença no mundo até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>
- <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9839>
- <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>
- <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52988819>
- <https://livredetrabalho infantil.org.br>
- www.ebc.com.br
- https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17718/seer_17718.pdf
- https://www.mprj.mp.br/documents/20184/135969/Sobre_Adocao.pdf
- <https://jus.com.br/artigos/99313/sistema-adotivo-brasileiro>
- <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59667240>
- http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/br/cdhcf/cartilha_cdh/02_oquecdhcd.htm
- <https://mercociudades.org/pt-br/unicef-revela-que-70-milhoes-de-criancas-da-america-latina-e-caribe-vivem-na-pobreza/>
- <https://www.fundacioncolunga.org/wp-content/uploads/2020/12/Ni%C3%B1ez-y-Adolescencia-en-situaci%C3%B3n-de-calle-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>
- (DEL PRIORI, 2008, p. 10)
- (COSTA, 1989 :17)
- https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K231906.pdf
- <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/LARISSA%20BARBOSA%20DA%20VEIGA.pdf>
- <https://www.unicef.org/>
- <HTTPS://livredetrabalho infantil.org.BR/>
- <https://turminha.mpf.mp.br/explore/direitos-das-criancas/convivencia-familiar-e-comunitaria>
- <HTTPS://www.hrw.org/>
- https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/republica_dominicana
- <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/03/24/bid-estima-28-milhoes-a-mais-de-pobres-na-america-central-devido-a-pandemia.htm>
- <https://brasil.elpais.com/economia/2021-10-01/crise-economica-nao-da-tregua-na-argentina-4-em-cada-10-pessoas-sao-pobres.html>
- <http://abet-trabalho.org.br/criancas-em-idade-escolar-na-china-trabalham-durante-a-noite-para-produzir-dispositivos-alexa-da-amazon/>
- <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/47-mil-criancas-e-adolescentes-vivem-em-abrigos-no-brasil>
- https://desinstitute.org.br/noticias/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-como-surgiu-e-o-que-defende/?gclid=CjwKCAiA2fmdBhBpEiwA4CcHzWVLj6mcf2qcrONarb4hFz0_zWDEkCwTi7mp2bm_

TcuPU2Ms0yga8xoCVPIQAvD_BwE

<https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual#:~:text=Voc%C3%AA%20sabe%20o%20que%20%C3%A9,de%20uma%20pessoa%20que%20menstrua.>

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/no-brasil-milhoes-de-meninas-carecem-de-infraestrutura-e-itens-basicos-para-cuidados-menstruais>

<https://www.faber-castell.com.br/corporate/sustentabilidade/childrens-fund-foundation>

<https://guiadefontes.msf.org.br/organizacao/hrw/>

<https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>

<https://geracaoamanha.org.br/criancas-em-situacao-de-rua/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/22/dia-da-adocao-brasil-tem-34-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos>

<https://www.migalhas.com.br/quentes/378142/stj-suspende-encaminhamento-de-criancas-venezuelanas-para-adocao>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51721004>

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mantenham-criancas-na-venezuela-protegidas-em-todos-os-momentos>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/desnutricao-infantil-venezuela/>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48692656>

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/primeira-infancia/2022/05/13/como-vivem-as-criancas-venezuelanas-que-buscam-abrigo-no-brasil.htm>

<https://www.childfundbrasil.org.br/quem-somos/?tab=marcos>

<file:///C:/Users/FL%C3%81VIO/Downloads/4062-Texto%20do%20artigo-12746-1-10-20170627.pdf>

http://www.fides.org/pt/news/36984-AMERICA_PARAGUAI_Aumenta_o_numero_das_criancas_de_rua_que_trabalham_nos_semaforos

<https://livedetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/trabalho-infantil-e-exploracao-sexual-a-fragilidade-nas-regioes-fronteiricas/>

<https://www.ufrgs.br/nepec/trafico-internacional-de-criancas-e-adolescentes-na-america-latina-um-estudo-sobre-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-partir-do-caso-da-triplice-fronteira-do-cone-sul-brasil-argentina-e-paraguai/>

<https://boanoticia.org.br/>

<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/assembleia-geral-da-onu.htm>

<https://www.significados.com.br/escolaridade/#:~:text=Escolaridade%20%C3%A9%20um%20termo%20utilizado,progress%C3%A3o%20do%20ensino%20na%20escola.>

<https://livedetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/o-que-e/>

<https://livedetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/falhas-em-abrigos-violam-direitos-de-criancas-e-adolescentes-1.2103277>

<https://infograficos.estadao.com.br/especiais/meninos-soldados/colombia.html>

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140707_crianças_sindicato_bolivia

<https://livedetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/filhos-do-sol-conheca-o-trabalho-infantil-na-bolivia/>

<https://www.msf.org.br/quem-somos/#principios>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/10/eua-registram-o-maior-numero-diario-de-criancas-e-adolescentes-hospitalizados-com-covid.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft161202.htm>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-tem-mais-de-4-milhoes-de-criancas-e-jovens-sem-teto.ghtml>

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/primeira-infancia/2022/05/13/como-vivem-as-criancas-venezuelanas-que-buscam-abrigo-no-brasil.htm>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/23/internacional/1498220111_078271.html

<https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/2570>

<https://www.foa.unesp.br/#!/pos/ppgops/projetos-de-extensao/prevencao-e-recuperacao-da-saude-bucal-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-risco-social/>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53540546>



POLIONU

Várias ideias, um só mundo

**AHIEA
CDH
COP
CSNU
ECOSOC
OPAQ**

**TPI
UNCTAD
UNESCO
UNICEF
UNODC
Central de
Imprensa**

Patrocínio:



Realização:

